



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MELISSA SILVA DE ABREU

A VISÃO OFICIAL NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO: AS AÇÕES DE D. JOÃO VI
(1808–1810)

Araguaína/TO

2023

MELISSA SILVA DE ABREU

A VISÃO OFICIAL NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO: AS AÇÕES DE D. JOÃO VI
(1808-1810)

Artigo apresentado à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), para a obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dra. Martha Victor Vieira.

Araguaína/TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586v Silva de Abreu, Melissa.

A VISÃO OFICIAL NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO: AS
AÇÕES DE D. JOÃO VI (1808–1810) / Melissa Silva de Abreu.
- Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2023.
27 f.

Artigo de Graduação (Graduação - em História) --
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2023.

Orientadora: Martha Victor Vieira.

1. Gazeta do Rio de Janeiro. 2. Dom João VI. 3. Imprensa.

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

MELISSA SILVA DE ABREU

A VISÃO OFICIAL NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO: AS AÇÕES DE D. JOÃO VI
(1808-1810)

Artigo apresentado à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI) – Campus Araguaína Cimba. Foi avaliada para obtenção do título de Licenciada em História em 11/12/2023 e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora.

Data de aprovação: 11/12/2023

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr^a Martha Victor Vieira – Orientadora (UFNT)

Prof. Dr. Thiago Groh de Mello Cesar – Membro interno (UFNT)

Prof. Dr. Dimas José Batista – Membro interno (UFNT)

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por sua bondade e infinita misericórdia, que iluminou o meu caminho durante essa jornada acadêmica, me fortaleceu espiritualmente e me por fazer florescer em mim o dom de educar e ensinar.

Aos meus pais João Batista (in memoriam) e Laura, por serem meus alicerces e sempre apoiarem os meus sonhos. E por terem incentivado os meus estudos de todas as formas possíveis, mesmo com as dificuldades e turbulências da vida.

A minha irmã Larissa, pelo seu amor e todas as palavras de conforto nos meus momentos de aflição. Pelas suas críticas construtivas, que sempre me nortearam nos meus momentos de indecisão.

A Luna – minha cachorrinha – por sempre me manter acordada e me fazer companhia nas longas noites de produção. Mesmo vindo latir debaixo da minha janela, os seus olhinhos me encarando me dava mais alegria e animo.

Ao Allyson, meu companheiro para todas as horas. Obrigado por sempre me apoiar e se dedicar a mim e a minha felicidade. Sou grata a Deus por ter te colocado em meu caminho e ter sí tornado alguém tão especial e único para mim.

A Prof^a Martha Victor Vieira, pela orientação e paciência durante todo o processo de produção e apresentação desse trabalho.

Ao Prof. Dimas José Batista, por me apresentar os jornais antigos, essa fonte de conhecimento riquíssima e singular.

A UFNT, por apoiar a minha pesquisa através do PIBIC, na iniciação científica em História.

A todos professores da UNFT, no qual eu tive a oportunidade de conhecer e aprender com cada um, não apenas conteúdo, mas também experiência de vida. Em especial a Prof. Sariza Caetano, por me auxiliar em várias etapas desse trabalho.

- *Pode prometer que eu vou retornar?*

- *Não. E se retornar, você não será o mesmo.*

(J. R.R. Tolkien – O Hobbit)

RESUMO

Neste trabalho iremos abordar os aspectos históricos que se referem à vinda da família real para o Brasil e como isso impactou a sociedade brasileira, mais especificamente o Rio de Janeiro, que passa a ser a capital do reino de Portugal. O foco principal é analisar as ações de D. João VI, que circularam na Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822), que é considerado o primeiro jornal oficial do Brasil. O período selecionado foram os anos iniciais do governo de D. João VI em terras brasileiras, de 1808 a 1810, destacando as suas principais ações, que aparecem nos Alvarás e os Decretos que, em sua maioria, possuíam teor político e econômico. Partimos da premissa que as notícias que circulavam na imprensa oficial tinham como objetivo realizar uma pedagogia política, formando e informando a opinião pública e demonstrando aos súditos as atividades do novo governo que iam ao encontro das demandas administrativas, que eram necessárias para viabilizar o funcionamento da nova Corte portuguesa.

Palavras-Chave: Gazeta do Rio de Janeiro. Alvarás. Economia. Opinião Pública.

ABSTRACT

In this work we will address the historical aspects that refer to the arrival of the royal family to Brazil and how this impacted Brazilian society, more specifically Rio de Janeiro, which became the capital of the kingdom of Portugal. The main focus is to analyze the actions of D. João VI, which circulated in the Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822), which is considered the first official newspaper in Brazil. The period selected was the initial years of D. João VI's government in Brazilian lands, from 1808 to 1810, highlighting his main actions, which appear in the Permits and Decrees that, for the most part, had political and economic content. We started from the premise that the news that circulated in the official press had the objective of carrying out a political pedagogy, forming and informing public opinion and demonstrating to its subjects the activities of the new government that met the administrative demands, which were necessary to enable the functioning of the new Portuguese Court.

Keywords: *Gazeta do Rio de Janeiro. Permits. Economy. Public Opinion.*

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Capa da Gazeta do Rio de Janeiro.....	15
Figura 2 – Anuncio na Gazeta do Rio de Janeiro.....	16

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Assuntos dos Alvarás e Decretos (1808 - 1810)	19
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	VINDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL	12
3	A GAZETA DO RIO DE JANEIRO	15
4	AS AÇÕES ECONOMICAS DE D. JOÃO VI	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
6	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscaremos analisar os Alvarás e Decretos publicados no jornal a Gazeta do Rio de Janeiro, criada em 1808, após a vinda da família real portuguesa para o Brasil. O objetivo é compreender as informações da imprensa relacionando-as ao contexto histórico da época de D. João VI. Afinal como afirma Schuab Vieira (2013, p. 4) a imprensa é “um importante meio de construção de culturas políticas específicas”, que são “empiricamente verificáveis e de interesse historiográfico”.

Nessa perspectiva, questiona-se: O que trouxe a família real veio para o Brasil? Quais ações políticas realizadas por D. João VI correspondem com a o avanço da política no Brasil, no sentido de uma futura Independência? Qual era o papel do jornal na propaganda do governo de D. João?

O tema tem sua importância para sabermos como iniciou a política portuguesa no território brasileiro e os fatores que marcaram o Período Joanino, destacando como a imprensa sempre é o meio utilizado pelo governo para se comunicar com a população e formar a opinião do leitor.

A metodologia utilizada foi a análise documental, classificando e analisando fatos e discursos apresentados nos avisos/anúncios dentro das edições dos periódicos, realizando também uma abordagem quali-quantitativa do tema investigado na Gazeta do Rio de Janeiro, nos anos de 1808 a 1810. Os periódicos foram selecionados através do site da Biblioteca Nacional, tendo sido catalogadas 297 edições, e selecionados 23 Alvarás e 32 Decretos.

A pesquisa baseia-se nas ponderações de Marco Morel (2008, p. 15), de que a “[...] opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais em vontade geral”. Nesse sentido, seja o governo, seja o poder privado tinha interesse em criar e manter os jornais para defender os seus interesses.

2 A VINDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL

As guerras napoleônicas que assolavam o mundo europeu coagiram a Corte portuguesa a virem para o Brasil. A vinda da família real portuguesa de D. João VI em 1808 marcou tanto a história do Brasil quanto de Portugal, dando ênfase ao fim da crise colonial em território brasileiro. As mudanças políticas que impactaram a geopolítica mundial, no final do século XVIII, ocorreram com o crescimento do poder da burguesia e o início da impopularidade das monarquias europeias com a Revolução Francesa (1789-1799).

O mesmo processo que levava a burguesia a aumentar a sua pressão sobre o Estado para que este abrisse as portas aos cargos públicos, fazia a aristocracia atuar em sentido inverso, exigindo o seu fechamento. Mas, como se verá, estas não eram as únicas exigências da burguesia e da aristocracia frente ao Estado. (FLORENZANO, 1981, p. 21).

As guerras napoleônicas ameaçavam a estrutura e o modo de vida da nobreza – levando em consideração que as guerras anteriores não tiveram esse mesmo efeito, por serem incentivadas pelos próprios nobres, a fim de adquirirem lucros próprios. Com a ascensão da burguesia, o declínio e a impopularidade das monarquias europeias, Portugal deixou de ser uma potência da Europa, e tornou-se vulnerável do ponto de vista bélico e frágil na economia, com uma produção agrícola pequena, com uma pequena população e com poder limitado. (FLORENZANO, 1981).

Com a ameaça de Napoleão Bonaparte invadir Lisboa em 1807 tornando-se realista, D. João direciona-se para o Brasil antes mesmo de se concretizar tal ameaça, com receio de que ocorresse como Carlos V que perdeu o seu trono Espanhol. D. João não queria ser deposto. Em consideração a essa apreensão, o Príncipe Regente dirigiu-se para a Colônia do Brasil com toda a Corte, iniciando assim uma nova era na história brasileira.

Em 1807, as tropas do imperador francês Napoleão Bonaparte invadiram Portugal. Com a invasão francesa, a segurança da família real e do governo português estava ameaçada. Em outubro do mesmo ano, Portugal assinou o Tratado de Fontainebleau com a França, que permitia a passagem de tropas francesas por Portugal e a utilização de portos portugueses. Isso efetivamente tornou Portugal uma extensão do império francês. A Família Real portuguesa, liderada pelo Príncipe Regente Dom João, decidiu sair de Portugal para evitar ser capturada por Napoleão e para manter a independência do império português. (FLORENZANO, 1981).

A família real, a nobreza e os funcionários do governo português embarcaram em uma grande frota de navios e cruzaram o Atlântico em direção ao Brasil, a maior e mais importante colônia portuguesa na época. O Brasil era considerado um lugar seguro e distante o suficiente da Europa para abrigar a Corte.

Em 14 de janeiro de 1808, o brigue voador trazia ao porto do Rio de Janeiro a notícia de que a Família Real estava a caminho do Brasil, e em 17 de janeiro, ocorria o desembarque das sete naus portuguesas e dos três barcos ingleses no cais do porto. Os ânimos da população ferviam de ansiedade pela chegada do Príncipe Regente, porém apenas chegava D. Maria Benedita e D. Maria Ana, as duas irmãs da Rainha D. Maria I. (MEIRELLES, 2015). Somente em 7 de março de 1808 no porto da baía de Guanabara chegaram D. Maria, dom João e Carlota Joaquina, recepcionados pela elite política da cidade, Conde dos Arcos, os membros do Senado da Câmara, eclesiásticos, civis e militares.

O historiador Paulo Assunção (2008) expõe que a grande quantidade de pessoas acabou agravando problemas urbanos, como a falta de moradia, carência no abastecimento de água, saneamento e segurança pública. O conde dos Arcos no objetivo de acomodar os acompanhantes da Corte instituiu o sistema de aposentadorias, que na realidade, era um pedido para que os moradores locais deixassem suas casas para acomodar a nobreza. Nestas casas eram pregadas as letras PR – Príncipe Regente –, interpretadas pela população como Ponha-se na Rua.

As transformações urbanas foram aos poucos modificando o Rio de Janeiro, que além das freguesias da Sé, Santa Rita, São José e Candelária criou o Engenho velho. Novas ruas foram pavimentadas e as estradas alargadas, melhorou o sistema de iluminação, saneamento, abastecimento de água potável. O Rio de Janeiro entre os anos de 1808 e 1822 teve sua área triplicada. (LEMOS, 2018).

Segundo Juliana Meireles (2015), no que diz respeito ao crescimento do número de habitantes, até 1808 o Rio de Janeiro era uma cidade com cerca de 50.000 habitantes, já no ano de 1821 a população estava em torno de mais de 100.000 habitantes. Entre esses habitantes cerca de 10.000 mil pessoas eram estrangeiras que fixaram residência, outros eram escravos, libertos e população livre.

Com a chegada da Corte portuguesa, Dom João VI buscou transmitir um ar “mais civilizado” ao seu novo lar, fundando instituições e teatros, promovendo festas, incentivando a visita de estrangeiros e, sobretudo, trazendo da Europa livros e uma tipografia. Instituiu cursos técnicos e superiores, a exemplo a Real Academia Militar

do Rio de Janeiro e a considerável expansão das aulas de primeiras letras e de línguas estrangeiras, iniciando um forte processo de metropolização no Rio de Janeiro. (GRINGBERG e SALLES, 2009).

Entre as melhorais implantadas por D. João está o jardim Botânico, a Casa da Pólvora e o Banco do Brasil. Medidas culturais também foram tomadas durante o reinado de D. João, dentre elas: a criação do Museu Nacional; a criação da Biblioteca Real; a criação da Escola Real de Artes; a criação do Teatro Real de São João; a criação do Observatório Astronômico; a criação do Jardim Botânico; a criação de cursos; e a Missão Artística Francesa, que incentivou o desenvolvimento das artes. (HOLANDA, 1959).

Nesta época surgem as primeiras linhas do que viria a ser a cultura escrita no Brasil, através do nascimento da imprensa periódica e de publicações e circulações de outros tipos de textos, tais como romances, teses médicas, estudos climatológicos, entre tantos outros. O estabelecimento do império português em solo brasileiro ocasionou uma série de transformações na vida e nos costumes de quem já residiu no Brasil, acreditava-se que seria a oportunidade de uma transformação profunda para o Brasil e para Portugal, possibilitando um progresso e desenvolvimento da Pátria. (LUSTOSA, 1995).

Um dos marcos de modernização da colônia brasileira foi a criação da imprensa, que passou a atuar de forma legalizada, a partir da chegada da família real portuguesa. A Gazeta do Rio de Janeiro tornou-se o periódico oficial da corte do príncipe regente D. João VI no Brasil, sendo produzido e distribuído no Rio de Janeiro. A primeira publicação da Gazeta marcou o fim da proibição colonial aos habitantes do Brasil de terem acesso as publicações de jornais, mesmo que a Gazeta tenha sido o único periódico permitido pela Corte, circulando em território brasileiro livremente desde 1808 a 1822. (LUSTOSA, 1995). O jornal era responsável por publicações de Decretos e Alvarás, fatos relacionados a família real, e assuntos direcionados a elite da sociedade carioca.

Em 1808, de um dia para o outro, o Rio de Janeiro transformou-se na capital portuguesa. Na cabeça do Império. Tiveram de ser recriadas, no lado americano do Atlântico, as instituições estatais metropolitanas. Ou melhor, foi necessário remontar o Estado, que tinha vindo nos navios, incompleto e aos pedaços. (SILVA, 2011, p. 23).

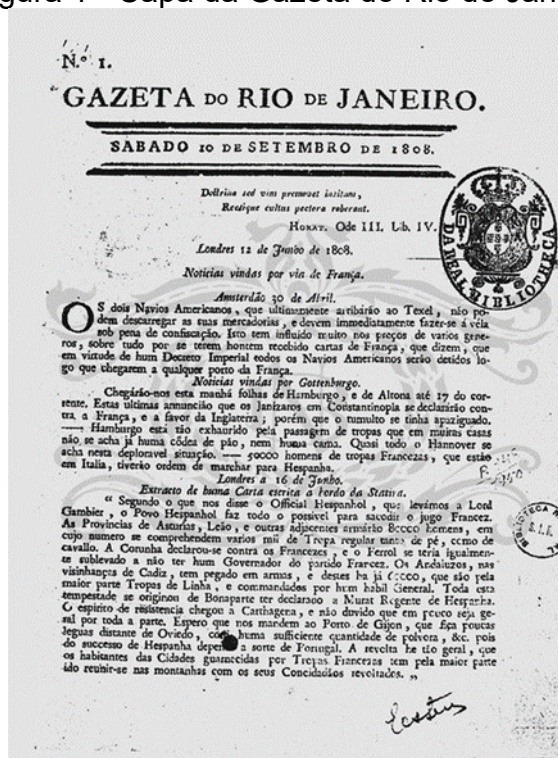
Diante disso, o Brasil passou de um complexo sistema colonial, que perdurou por séculos em território brasileiro, e que só depois de muitas mudanças e ações

políticas administrativas, tornou-se monárquico constitucional, iniciando-se assim, este caminho a partir da chegada da família real, porém a história é um processo, e essa mudança levou alguns muitos anos para ser concretizada. Tais mudanças foram relatadas no periódico oficial da época, o jornal Gazeta do Rio de Janeiro, entre 1808 e 1822, ano da sua última publicação, antes de ser substituído pelo Diário Fluminense, de D. Pedro I.

3 A GAZETA DO RIO DE JANEIRO

A Gazeta do Rio de Janeiro foi o primeiro impresso brasileiro, com sua primeira edição publicada em 10 de setembro de 1808. Considerava-se um periódico pobre com apenas 4 páginas, de circulação semanal no início e depois trissemanal. O periódico era considerado o principal veículo de divulgação dos valores da monarquia, divulgava notícias extraídas de outras gazetas da Europa, divulgava os eventos ligados a Corte portuguesa, destacando seus feitos e glórias, informava o estado de saúde de todos os príncipes europeus. (GRINGBERG e SALLES, 2009).

Figura 1 - Capa da Gazeta do Rio de Janeiro



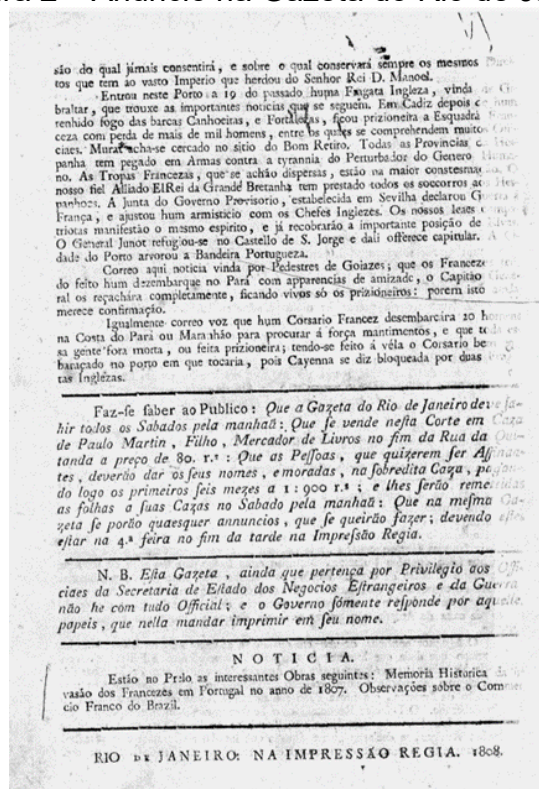
Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro. Edição A00001, p.1

Em um primeiro momento, a Gazeta teve como temática inicial os desdobramentos dos conflitos napoleônicos até a derrota de Napoleão. Entretanto, o jornal não tratava de assuntos referentes às lutas de independência das vizinhas colônias espanholas ou notícias contrárias à moral e aos bons costumes, estas pautas eram cuidadosamente banidas de suas páginas quando revistos pelos censores que revisam os textos antes de irem à circulação.

Ainda que a grande maioria da população fosse analfabeta, e que houvesse uma rigorosa censura por parte das autoridades portuguesas perante a circulação de impressos, a Gazeta do Rio de Janeiro atuou como um grande meio articulador e propagandista da monarquia portuguesa. Afinal, era preciso divulgar, criar, fixar alguns personagens e fatos na memória da nova sede da monarquia portuguesa, erigindo-a como um monumento a ser celebrado. (MEIRELLES, 2015).

A Gazeta possuía três seções de informação, a saber: a) Internacional b) Nacional c) Anúncio. O foco da pesquisa é direcionado aos Anúncios de teor político-administrativo com titulações de Alvarás e Decretos. Ao todo, foram catalogadas 297 edições da Gazeta entre 1808 e 1810, dentre esses números de publicações, 221 continham a seção de anúncios, mas apenas 23 tinham Alvarás e 32 Decretos.

Figura 2 – Anúncio na Gazeta do Rio de Janeiro



Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro. Edição A00001, p.4

A Gazeta do Rio de Janeiro buscava construir a imagem de uma sociedade harmoniosa, cujo epicentro situava-se na Corte, atualizando o imaginário da monarquia como o regime político destinado a garantir o bem-estar dos povos. Por sua vez, o Correio Braziliense, que foi criado em primeiro de junho de 1808, era impresso em Londres, e visava expor a fragilidade daquela imagem, contrapondo-a à ordem, a rebeldia e o conflito. (GRÉGGIO, 2011).

Os alvarás publicados na Gazeta eram emitidos pelo rei de Portugal, que tinha o poder de legislar sobre o território colonial brasileiro e foram importantes para a organização administrativa e econômica do Brasil na época, além de refletir as políticas e interesses da Coroa Portuguesa naquele período específico e não necessariamente os anseios ou realidades da população brasileira. (MORAIS, 1789).

O conteúdo dos alvarás trata especialmente da organização administrativa e econômica no Brasil, uma vez que o país era Colônia na época. Estes alvarás também eram utilizados para tratar os interesses políticos da Coroa Portuguesa, tendo em vista que, muitos desses documentos era feito pelo próprio Príncipe Regente, devido à falta de organização e separação da política legislativa no Brasil.

Esclareça-se, preliminarmente, que, à época, prevalecia ainda as práticas do absolutismo, sem que as preocupações constitucionalistas [...] ocupassem espaço nos diferentes países do mundo e os critérios que presidiam a organização legislativa não eram suficientemente hierarquizadas, de tal forma que os documentos eram muitas vezes produzidos pelo Imperador. (CABRAL, 1932, p.216)

No decorrer de sua história, a Gazeta do Rio de Janeiro teve três redatores, que apesar de todo o discurso de imparcialidade do periódico, imprimia suas opiniões em um segmento intitulado Rio de Janeiro. Através desta seção compreende-se a linha discursiva do jornal e seu posicionamento, assim como a própria concepção de imprensa à época, sobretudo, da imprensa áulica em seus primórdios. (LUSTOSA, 1995).

Entre 1808 e 1812, Frei Tibúrcio José da Rocha foi o primeiro redator da Gazeta, seguido de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que ocupou o cargo de 1812 a agosto de 1821; e por último Francisco Vieira Goulart, o qual permaneceu no cargo até o final de 1821. As matérias publicadas na época tinham a identidade do redator omitidas e os comentários em matérias cotidianas não eram assinados.

A Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (SENEG) ficava sob a responsabilidade do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, responsável pela supervisão do jornal, que tinha em seu quadro de oficiais Frei Tibúrcio que ocupava a função de redator. Seu trabalho consistia em coletar, em periódicos internacionais – principalmente europeus –, notícias de interesse à Coroa, as quais eram traduzidas e resumidas pelo próprio Frei. (GRÉGGIO, 2011)

Entre as mudanças que ocorrem na SENEG após a morte de D. Rodrigo, está que o Conde de Galveias ficou responsável pela revisão do periódico. Entretanto, surgiram conflitos entre as revisões realizadas pelo Conde e o as traduções feitas por Frei. Estas traduções eram entregues diretamente ao Príncipe regente, sendo orientado para que as traduções fossem completas, e não ocultassem ao monarca coisa alguma, seja boa ou ruim. Estes conflitos o levaram a pedir demissões.

Manoel Ferreira de Araújo Guimarães veio então a assumir o cargo de redator, no qual foi demitido em agosto de 1821, em decorrência de seu pleito por uma maior gratificação. Com a mudança do formato da Gazeta e de sua tiragem semanal, julgava ser justo receber mais. Diante dos desacordos entre as partes, o redator publicou uma carta no Diário do Rio de Janeiro em que acusava os proprietários desse periódico de infringirem as condições contratuais assinadas em 1813, as quais estabeleciam que ele não poderia interromper a redação da gazeta, nem seus proprietários procurariam outro redator sem lhe dar um aviso prévio de três meses. (GRÉGGIO, 2011).

Surge então o jornal O espelho, fundado por Ferreira Araújo, com o objetivo de opor-se a periódicos que disseminavam ideias revolucionárias como o Revérbero Constitucional Fluminense (1821-1822), de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, e A Malagueta (1821-1832), editado pelo português Luiz Augusto May, ambos de grande importância no processo de Independência.

No momento, em que deixo de ocupar-me na redacção deste Periodico, julgo de minha obrigação agradecer ao respeitavel Publico a bondade, com que tem tolerado as faltas inseparaveis da minha inaptidão, no longo espaço de nove annos(...)Recordando o estado de descrédito e quase abandono, em que achei esta folha, e não devendo attribuir o sucessivo progresso(...) aos meus contínuos esforços(...)cumpre-me reconhecer que a Benevolencia do Publico Illustrado tem sido a causa principal deste successo(...)Hoje porém que este Periodico (por motivos econômicos) passa a melhores maos(...). (GRJ nº 66, 2 agosto 1821).

Atendo-se aos 13 anos do período joanino, é possível observar que nas matérias da Gazeta do Rio de Janeiro tratavam muito pouco do Brasil e relatavam

fatos ocorridos na Europa. Não possuía variação de pauta, pois fora criado para informar sobre fatos administrativos do reino e sobre a movimentação social da corte. Também que não foi um periódico que dedicasse atenção às atividades científicas de forma sistemática e recorrente, mas também não ficou às margens do mundo das ciências. Descrevia obras e textos científicos, anunciava cursos e publicava, ocasionalmente, artigos técnicos com algum conteúdo científico. (NEVES, 2006)

4 AS AÇÕES ECONÔMICAS DE D. JOÃO VI

No intuito de compreender as ações de D. João IV que contribuiu para a mudança do status político do Brasil; mapeamos vários alvarás emitidos entre os anos 1808 e 1810. Foram publicadas 297 edições da Gazeta, do qual 22 possuía publicações de Alvará, sendo o primeiro publicado na data de 23 de outubro de 1808 em que criava o Conselho Supremo Militar e de justiça, e o último datado em 03 de dezembro de 1810, em que regulava o lançamento e a cobrança da decima urbana. Havia ainda 32 publicações de Decretos, o primeiro foi publicado no dia 02 de novembro de 1808, com datação de expedição de 26 de outubro de 1808, apresentando na Igreja de São Pedro do Rio Fundo na Bahia, o padre Antônio Pereira da Silva.

Tabela 1 - Assunto dos Alvarás e Decretos (1808 - 1810)

Assuntos	Alvarás	Decretos
Economia	9	8
Política	5	10
Administrativa		
Mercê	12	1
Militar	6	1
Religião	1	1
Saúde	1	0

Fonte: Elaborada pela Autora (2023)

Para melhor compreensão dos conteúdos dos decretos e alvarás, foi realizada uma tabela qualitativa, sendo os temas inseridos nas categorias de: Economia,

Política Administrativa, Mercê, Militar, Religião e Saúde. Essas categorias foram definidas por terem a ideia central de cada publicação mencionada. A categoria mais observada foi a intitulada de economia, que detinham o controle de ganhos e despesas do governo, no Brasil colonial destacava-se a exploração das riquezas brasileiras, pelo latifúndio e monocultura, bem como o trabalho de escravizados indígenas e africanos, e por fim pelo comércio exterior que produziu toda a era o principal motivo para a exploração do Brasil.

Com a chegada de D. João VI, os Alvarás e Decretos voltados para a economia, continham a intenção de tonar a Colônia sede do poder português, em um lugar mais desenvolvido social e economicamente, como por exemplo, a expedição de documentos políticos voltados para a criação da moeda e sua igualação de valor em todo o território, concessão de terras para estrangeiros, isenção dos direitos à matéria prima para as fábricas, isenção de imposto, entre outros. (ROCHA, 1993).

No que tange às questões políticas e administrativas, tratava-se da organização por parte da Coroa portuguesa para cuidar de assuntos da Colônia, como a segurança, aplicações de pesos, instalação de Ordens e Juntas para a administração e nomeação de cargos. Paralelamente a isso, havia as concessões de mercês, que dava à tônica na manutenção das relações clientelares. As concessões de mercê eram vistas como graça, benefício e donativos, em forma de concessão de terras, ofícios na administração real e religiosa, recompensas monetárias e condecorações, com os mais variados pretextos, como era de costume, dentro do sistema de economia de privilégios que existia desde o início do Período Colonial. No Brasil, por não ter nobreza de sangue, os meios de se conseguir tal iguaria e notoriedade parecida, era através das mercês, mesmo sendo de baixa patente e importância, os títulos de realeza continuavam restritos a uma ínfima parcela da sociedade. (OLIVEIRA, 2013).

Já na categoria Militar, corresponde aos Alvarás e Decretos destinados a organização militar, envolvendo criação de divisões, promoções de postos de serviços e a criação do regimento de cavalaria. Nos temas que envolvem a religião, tratava-se de temas pertinentes ao catolicismo, tais como: nomeações de padres e sacerdote.

O foco central da pesquisa é as ações de D. João VI voltadas para a economia da colônia brasileira através dos Alvarás e Decretos publicados na Gazeta do Rio de Janeiro. O bloqueio continental que ocorreu devido a vinda da Corte, fez com que em junho de 1808, as taxas sobre as mercadorias fossem reajustadas: 16% de taxa para

as mercadorias portuguesas e 24% de taxa para as mercadorias das Nações Amigas. Essa medida foi tomada para corrigir a diferença que desfavorecia Portugal. (SOARES, 2015).

Uma das principais ações políticas praticadas por Dom João VI, através de alvarás, é a revogação da proibição de manufaturas no Brasil, feita pela rainha D. Maria I em 1785. No alvará publicado em 01 de abril de 1808, D. João VI tinha como objetivo multiplicar a riqueza nacional, promover o desenvolvimento demográfico e dar trabalho a um certo setor da população que não se acomodava à estrutura socioeconômica vigente, estrutura que se definia, essencialmente pelo regime escravocrata.

Para alcançar tais objetivos o alvará liberou todos os obstáculos imposto no alvará de 01 de abril de 1785, referente a sua principal fonte, sendo esta a manufaturas. Através desta revogação estava liberado no país e nos seus domínios ultramarinos todo os gêneros de manufaturas.

Esta abertura dos portos do Brasil representou o fim do monopólio comercial que existiu durante o período colonial, pois antes os portos estavam abertos apenas para as embarcações portuguesas e esta abertura seria uma tentativa para industrializar o país com o objetivo de torná-lo o centro do império português. Esta abertura gerou um leque de oportunidades econômicas que beneficiaria consideravelmente os comerciantes instalados em cidades, agradando a aristocracia rural brasileira, que poderia fazer comércio sem a intervenção dos portugueses e adquirir mercadorias manufaturadas a baixo preço. (SOARES, 2015).

Os Tratados de 1810 firmados entre os ingleses e portugueses, Tratado de Comércio e Navegação, Tratado de Amizade e Aliança e o Tratado dos Paquetes, tinha como principais características: o direito de extraterritorialidade: ingleses que cometessem crimes em territórios portugueses seriam julgados conforme a lei inglesa; a liberdade religiosa para os ingleses, além da garantia de que a Inquisição não seria estabelecida no Brasil; 15% de taxa para as mercadorias inglesas; abolição do tráfico de negros. (RABELO, 2015).

A primeira fábrica de ferro foi criada em 1811, na cidade de Congonhas do Campo, pelo então governador de Minas Gerais, D. Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde da Palma. Três anos mais tarde, já como governador da província de São Paulo, D. Francisco auxiliaria a construção de outra indústria siderúrgica, a Real

Fábrica de São João de Ipanema, em Sorocaba. Em outras regiões foram erguidos moinhos de trigo e fábricas de barcos, pólvora, cordas e tecidos. (HOLANDA, 1959).

Após as primeiras edições da Gazeta, em 1808, foi publicada a subscrição e os valores doados pelos vassallos da Coroa em prol do socorro dos súditos portugueses que ficaram no Reino à sorte dos franceses. Esses mesmos vassallos eram aqueles que cortejavam dom João cotidianamente à espera de benesses e aqueles que patrocinavam os projetos culturais da monarquia nesse lado do Atlântico. (OLIVEIRA, 2011).

O caso da construção do Teatro de São João é emblemático. Os comerciantes de grosso trato do Rio se mobilizaram, a fim de angariar fundos para que a capital do Império tivesse uma casa de espetáculos à sua altura. Para o sucesso do empreendimento, criaram um sistema de loteria – uma contribuição fundamental dos vassallos de dom João para a construção e sucesso do espaço – que ficava sob a responsabilidade de Fernando Carneiro Leão, proeminente negociante que neste caso respondia pelas contas e pelos prêmios.

Outra iniciativa feita por D. João VI, durante o seu governo, por meio de alvará é a criação do Sistema Bancário Brasileiro em 12 de outubro de 1808. A instituição do Banco do Brasil através do Alvará de 12 de outubro de 1808 integra-se no conjunto de medidas de organização econômica e financeira naturalmente associadas à instalação da corte portuguesa no Brasil.

A fundação do Banco do Brasil era motivada pela insuficiência dos fundos disponíveis no Real Erário, pela necessidade de criação de meios de pagamento expeditos e ainda pelas exigências de remoção dos obstáculos ao desenvolvimento das transações mercantis. Desta forma, o Banco possuía três funções, sendo elas, garantia de melhoramentos no financiamento do Estado, na circulação monetária e no fomento ao investimento produtivo.

O Banco do Brasil foi instalado na cidade do Rio de Janeiro, iniciando suas atividades em 1809, como um banco central misto, com depósitos, descontos, emissão de moeda e venda dos produtos da Coroa Portuguesa como pau-brasil, diamantes e outros. A criação do Banco teve expressiva importância na época, pois o BB foi o quarto banco emissor de moeda do mundo, depois do Banco da Suécia (1668), Banco da Inglaterra (1694) e Banco da França (1800).

No intuito de atrair a atenção das pessoas que detinham muitas riquezas para investirem no Banco, foi necessário que D. João concedesse privilégio e honrarias.

Entretanto, no decorrer dos anos, aconteceram muitas crises nessa Instituição, a falta de incentivo financeiro se fazia presente em muitos momentos, até porque, a real motivação do banco era unicamente a exploração dos produtos do Brasil, e não a visão de uma sociedade em evolução. (NEVES, 2006)

A política monetária no Brasil com a marcação dos pesos espanhóis pode ser considerada um grande marco para a economia brasileira - assim como o Banco Nacional, a marca com os cunhos das armas reais tinha o intuito de controlar e regulamentar as riquezas extraídas do país, evitando assim falsificação de moeda, e consequentemente contribuindo para a construção de uma identidade independente para o Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada sobre as ações de D. João VI publicadas na Gazeta do Rio de Janeiro, entre os anos 1808 e 1810, compreendemos como se deu o início político no Brasil com a chegada da família real. A pesquisa também expôs o papel fundamental da imprensa que contribuiu de forma significativa com o regime e servia como de comunicação entre o governo e a população. Conclui-se que as ações referentes à economia e à administração, tomadas durante o período joanino no Brasil, contribuíram para a organização urbana da Corte, preparando o cenário para se tornar a sede do governo.

Assim, a pesquisa evidenciou que a Coroa Portuguesa, quando estava sob o governo de D. João VI, apoiou-se na imprensa para formar uma opinião pública que fosse favorável ao governo. Nota-se, através da análise dos periódicos catalogados, que o redator tinha um viés hierárquico para selecionar as temáticas publicadas no Gazeta, onde se priorizada demonstrar que o regime joanino trazia melhorias e progresso no Brasil. Desta forma, vemos que a imprensa não era muito diferente dos dias de hoje, mas que desde do princípio nunca foi imparcial ao realizar suas publicações e sempre segue o viés que melhor lhe convém para continuar sendo a fonte de informação oficial para a população.

Por fim, através dos Alvarás e Decretos publicados no Gazeta do Rio de Janeiro durante o período joanino entendemos as ações tomadas que corroboraram para a um distanciamento da administração Portuguesa, fortalecendo a ideia de independência do Brasil. A Gazeta do Rio de Janeiro foi um difusor dos valores monárquicos, evidenciando em suas publicações as forças políticas que culminaram na formação de uma elite brasileira local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Edição A00001, p.1 / p.4. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=749664&pasta=ano%20180&pesq=>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

GRÉGGIO, Tiago Silva. **"O papel da Gazeta do Rio de Janeiro na formação político cultural brasileira 1808 a 1821."** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Jornalismo) -Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (2011).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico**. São Paulo: Difel RODRIGUES, M. R. da C. A carta régia de 28 de janeiro de 1808. Revista de História, [S. I.], v. 18, n. 37, p. 175-180,1959.

LE MOS, Ana Paula Favarin. **"Uma abordagem historiográfica sobre a família real portuguesa no Brasil."** História-Tubarão (2018).

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. Editora UFABC, 2015.

MOREL, Marco. **Os primeiros passos da palavra impressa**. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina(Orgs.). História da imprensa no Brasil. SãoPaulo: Contexto,2008. p.14-45.

NEVES, L. M. B. P. das, MOREL, Marco, FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. RJ: DP&A, Faperj, 2006. pp. 155-175.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. **Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no brasil (1808-1930)** in Rio Grande: História, Rio Grande, 2 (3): 125-142, 2011.

PINTO, Alexandre de Oliveira. **O processo de emancipação brasileira na imprensa: Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro-1808 a 1822**, 2015.

RABELO, Pedro Henrique de Mello. **Os Tratados de Amizade, Navegação e Comércio do Estado Imperial Brasileiro (1808-1829)**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, jul. 2015.

ROCHA, Antônio Penalves. **Economia política e política no período joanino**. 1993, Anais. São Paulo: USP, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001377145>>. Acesso em: 12 out. 2023.

SOARES, Pedro Víctor de Freitas. **"Os elementos da política externa joanina para a política externa do Primeiro Reinado: 1808-1831."** (2015).

VIEIRA, Lucas Schuab. **A imprensa como fonte para a pesquisa em história: teoria e método.** Revista de recensões de comunicação e cultura, 2013. Disponível em: <<https://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2023.